

Bélgica vai construir ilha para limitar aumento do nível do mar

6 de Outubro, 2016

O governo da Flandres, na Bélgica, está a estudar a possibilidade de construir uma ilha artificial no litoral do país, com o objetivo de limitar os efeitos das alterações climáticas, incluindo potenciais aumentos do nível do mar e fortes tempestades, confirmaram na terça-feira, dia 4, à agência Efe, fontes do Executivo regional.

Estima-se que a construção da ilha comece em 2020, localizada no município de Knokke-Heist para proteger a margem oriental dos 67 quilómetros de costa belga, segundo o recente anúncio do ministro de Mobilidade, Ben Weyts, e do secretário de Estado para o Mar do Norte do governo federal, Philippe De Backer.

Antes de iniciar as obras, o governo investiu 8 milhões de euros em estudos sobre a ilha, que pode cobrir uma superfície de 40 hectares e que se vai situar a 1,2 quilómetros do litoral.

Uma das pesquisas centra-se em analisar se a ilha pode proteger a Flandres, a longo prazo, perante aumento dos níveis da água do mar e das tempestades fortes, precisou a publicação digital "Flanders News".

Numa segunda fase, é esperada a ampliação da área do terreno até 450 hectares, além da criação de um porto entre as localidades de Zeebrugge e Knokke-Heist, e ajudar as embarcações de pequenas dimensões a alcançar o rio Scheldt, desde o porto de Zeebrugge.

Até o momento, as autoridades pensavam em fortalecer o litoral, mas essa solução só seria útil até 2050, segundo estimativas recolhidas pelo "Flanders News". "Com este projeto, olhamos além de 2.100 e preparamos-nos para aumentos do nível da água do mar até 80 centímetros ou mais", precisaram ao mesmo meio os membros do projeto privado conhecido como "Vlaamse Baaien" (Baías Flamengas).

Tanto Backer como Weyts sublinharam a importância de conseguir para o projeto o apoio dos prefeitos dos municípios do litoral, assim como dos próprios residentes e do setor hoteleiro e industrial. No entanto, de acordo com a emissora "Focus TV", o conselho municipal de Knokke-Heist já manifestou oposição à iniciativa e lamentou não ter sido consultado.